

MAX WEBER

A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO

Tradução de
ANA FALCÃO BASTOS E LUIS LETIÃO

Revisão técnica de
ANTÔNIO FIRMINO DA COSTA

PASTA: _____

COPIAS: 09

R\$: 1,35

EDITORIA  PRESENÇA

INTRODUÇÃO

O filho da moderna civilização europeia tratará os problemas da história universal tendo em conta, inevitável e legitimamente, a seguinte questão: que encadeamento particular de circunstâncias levou a que no Ocidente, e só aqui, tenham aparecido fenómenos culturais que — como pelo menos gostamos de pensar — se situaram numa direcção evolutiva de significado e valor universais?

Só no Ocidente existe «ciência» num estágio de desenvolvimento que hoje reconhecemos como «válido». Noutros lugares, sobretudo na Índia, na China, na Babilónia e no Egipto, também existiram conhecimentos empíricos, reflexões sobre os problemas do mundo e da vida, uma profunda sabedoria filosófica e também teológica — embora o pleno desenvolvimento de uma teologia sistemática seja característico do cristianismo de influência helenística (só no Islão e em algumas seitas indianas encontramos tentativas nesse sentido) —, conhecimentos e observações extraordinariamente requintados. Mas à astronomia babilónica, bem como a todas as outras, faltava — o que ainda torna mais extraordinário o seu desenvolvimento — a fundamentação matemática, que só os Gregos lhe proporcionaram. A geometria indiana faltava a «demonstração» racional — mais um produto do espírito helenístico, que também foi o primeiro a criar a mecânica e a física. As ciências naturais indianas, muito desenvolvidas no aspecto da observação, faltava a experimentação racional — após os primeiros passos da Antiguidade, essencialmente um produto do Renascimento — e o laboratório moderno e, por conseguinte, à medicina altamente desenvolvida do ponto de vista empírico-técnico, nomeadamente na Índia, faltavam os fundamentos biológicos e, particularmente, bioquímicos. A todas as civilizações fora do Ocidente falta uma química racional. À historiografia chinesa, altamente desenvolvida, falta o pragmatismo tucídideo. Maquiavel tem precursores na Índia, mas a todas as teorias do Estado asiáticas faltava

uma sistematização semelhante à de Aristóteles, bem como os conceitos racionais. Por outro lado, para uma jurisprudência racional faltam, apesar de todas as tentativas feitas na Índia (escola Mimamsa), de todas as vastas codificações, particularmente na Ásia Menor, e de todos os livros de direito indianos e de outros povos, os esquemas e formas de pensamento rigorosamente jurídicos do direito romano e do direito ocidental dele derivado. Só o Ocidente conhece uma construção como o direito canônico.

O mesmo acontece na arte. Aparentemente, o ouvido musical estava mais desenvolvido noutros povos do que nos nossos dias ou, pelo menos, não estava menos desenvolvido. Vários tipos de polifonia, a instrumentação e os diferentes compassos, estavam largamente divulgados no mundo, assim como os nossos intervalos tónicos racionais. Mas só no Ocidente existiu a música harmónica racional — tanto o contraponto como a harmonia —, a composição musical com base nos três trítomos, a nossa cromática e a nossa harmonia, que não se baseiam nas distâncias, mas que desde o Renascimento se expressam de uma forma racional, a nossa orquestra com o seu núcleo constituído pelo quarteto de cordas, com a organização do conjunto dos instrumentos de sopro e com o contrabaixo, a nossa escrita musical (que tornou possível a composição e execução das obras musicais modernas, bem como a sua perduração), as nossas sonatas, sinfonias e óperas — embora sempre existissem a música de programa, as alterações de tons e a cromática — e, como meio de as executar, todos os nossos instrumentos fundamentais (órgão, piano e violino).

Os povos da Antiguidade e da Ásia já conheciam os arcos em ogiva como meio de decoração e supõe-se que a abóbada de ogiva não era desconhecida no Oriente. Mas não se encontra a utilização racional da abóbada gótica criada na Idade Média como meio de separação dos empuxos e de abobadar espaços e, sobretudo, como princípio de construção de grandes monumentos e como fundamento de um estilo que engloba a escultura e a pintura. Do mesmo modo, também não se encontra, embora os seus princípios técnicos básicos tenham sido colhidos no Oriente, a solução do problema da cúpula e o tipo de racionalização «clássica» da arte na sua totalidade — na pintura através da utilização racional da perspectiva linear e aérea —, criados pelo Renascimento. Na China existiram produtos das artes gráficas. Mas só no Ocidente surgiram a «impressão» e «jornais» impressos, ou seja, toda uma literatura destinada a ser impressa e só possível através da impressão.

Na China e no Islão também existiram escolas superiores de todos os tipos, algumas delas superficialmente semelhantes às nossas universidades ou academias. Mas o exercício racional, sistemático e especializado da ciência, um «corpo de especialistas» treinados, só no Ocidente existiu, num sentido e importância aproximados aos que possuem na nossa cultura. Isto é sobretudo verdade quanto ao «funcionário» especializado, pilar do Estado moderno e da moderna economia ocidentais. Dele só encontramos precursores, mas que em parte alguma se tornaram tão fundamentais para a ordem social como no Ocidente. É certo que o «funcionário», e mesmo o funcionário especializado, constitui um fenómeno ancestral das diversas culturas. Mas nenhum país e nenhuma época conheceram como o Ocidente a completa dependência de toda a sua existência das condições políticas, técnicas e económicas da sua vida, de uma organização de funcionários especializados, funcionários de Estado de formação técnica, comercial e, sobretudo, jurídica, detentores das mais importantes funções da vida quotidiana da sociedade. A organização dos grupos políticos e sociais em corpos ou estados [Stand] foi amplamente divulgada. Mas a monarquia fundada sobre os estados feudais [Ständestaal], como rex et regnum no sentido ocidental, só foi conhecida na nossa civilização. E, por último, só o Ocidente criou parlamentos de «representantes do povo» periodicamente eleitos, governo de delegados e líderes partidários, enquanto «ministros» responsáveis perante o parlamento — embora, evidentemente, por todo o mundo tenham existido «pátridos» no sentido de organizações para a consagração e influência do poder político. O «Estado», principalmente no sentido de instituição política, com uma «Constituição» escrita e um direito racionalmente estabelecido, com uma administração orientada por regras racionais (as «leis»), exercida por funcionários especializados, só no Ocidente aparece nesta combinação de características decisivas — apesar dos passos dados neste sentido noutros lugares.

E o mesmo acontece com a força mais decisiva da nossa vida moderna: o capitalismo.

«Instinto de lucro», «sede de ganho», de dinheiro, do maior ganho monetário possível, não têm absolutamente nada a ver com o capitalismo. Esta aspiração encontra-se e encontrou-se em criados, médicos, cocheiros, artistas, prostitutas, funcionários corruptos, soldados, saltadores, cruzados, jogadores, mendigos, em all sorts and conditions of men, em todas as épocas e países do mundo, desde que para

isso houvesse ou haja possibilidades objectivas. Faz parte da infância da história cultural negar esta definição ingénua. Uma sede de ganho ilimitada de modo nenhum é idêntica a capitalismo, e ainda menos ao seu «espírito». O capitalismo pode mesmo ser identificado com a sujeição ou, pelo menos, com um refrear racional deste impulso irracional. Mas é certo que o capitalismo significa a procura do lucro, de um lucro sempre renovado, numa empresa capitalista contínua e racional; ele é a procura de «rentabilidade». E isto porque ele tem de ser assim. Dentro de uma economia totalmente submetida à ordem capitalista, uma empresa capitalista individual que não se orientasse segundo os princípios da rentabilidade estaria votada ao fracasso.

Comecemos por uma definição um pouco mais precisa do que tem sido feito até aqui. Designaremos por acção económica «capitalista» aquela que se baseia na expectativa de lucro através da utilização das possibilidades de troca, ou seja, das possibilidades (formalmente) pacíficas de lucro. O ganho obtido pela violência (formal ou real) obedece a leis específicas, não sendo conveniente (ainda que não seja possível impedi-lo) colocá-lo na mesma categoria da actividade orientada, em última análise, para o ganho proveniente da troca¹. Onde o lucro capitalista é procurado racionalmente, a acção correspondente é orientada segundo um cálculo de capital. Isto significa que está subordinada a uma utilização planificada das prestações materiais ou pessoais de tal modo que o valor final do empreendimento, contabilizado monetariamente no final de um período económico (ou valor monetário do activo avaliado periodicamente, no caso de uma actividade empresarial contínua), deve exceder o «capital», ou seja, o valor dos meios de produção materiais utilizados para a aquisição através da troca. E isto quer se trate de um conjunto de bens in natura dados a um caixeiro-viajante in comenda, cujo rendimento final pode consistir em outras mercadorias in natura adquiridas no comércio, ou de uma instalação fabril cujo activo, representado por edifícios, máquinas, reservas em dinheiro, matérias-primas, produtos acabados e semiacabados, se contrapõe ao passivo — o essencial é que se possa fazer uma contabilização de capital em dinheiro, seja através de uma contabilidade moderna, seja de um modo primitivo e superficial. Tudo se faz em termos de balanço: tanto no começo do empreendimento (balanço inicial), como antes de qualquer transacção isolada (cálculo estimativo do lucro provável), como no controlo e verificação (cálculo posterior), como ainda no balanço definitivo com vista a estabelecer o montante do «lucro». O balanço inicial no caso de

mercadorias in comenda é, por exemplo, a fixação, por acordo entre partes, do valor em dinheiro das mercadorias em questão — se elas não se apresentarem já sob a forma de dinheiro —, e o balanço final, a avaliação da distribuição de ganhos e perdas. Desde que as transacções sejam racionais, qualquer acção das partes é baseada no cálculo. Em qualquer forma de empreendimento capitalista dos nossos dias ainda acontece não terem lugar um cálculo e uma estimativa exacta, optando-se por um procedimento puramente estimativo ou simplesmente tradicional e convencional, e isto sempre que as circunstâncias não obriguem a um cómputo exacto. Mas isto são questões que só afectam o grau de racionalidade da actividade capitalista.

Para o conceito em questão só é essencial à acção económica a tendência efectiva em basear-se numa comparação do resultado expresso em dinheiro com o investimento avaliado igualmente em dinheiro, por mais primitiva que seja a forma dessa comparação. Neste sentido houve «capitalismo» e empresas «capitalistas», mesmo com uma razoável racionalização do cálculo do capital, em todas as civilizações do mundo sobre as quais os documentos económicos nos permitem ajuizar: na China, na Índia, na Babilónia, no Egipto, na Antiguidade mediterrânica, na Idade Média e na Idade Moderna. Não só operações isoladas mas também empreendimentos económicos inteiramente baseados na permanente renovação de operações capitalistas, e mesmo «explorações» permanentes — se bem que o comércio durante bastante tempo não tenha assumido o carácter da nossa actividade contínua, mas essencialmente o de uma série de empreendimentos isolados, e só progressivamente se tenha introduzido uma coerência interna (com desenvolvimento de sucursais) na actividade dos «grandes» comerciantes. De qualquer forma, a empresa e o empresário capitalistas são antiquíssimos e estavam universalmente difundidos não só como fenómenos ocasionais, mas como actividade permanente.

No Ocidente, porém, o capitalismo teve uma enorme importância, com o desenvolvimento de grande diversidade dos tipos, formas e orientações do capitalismo, que não se encontram em nenhuma outra parte. No mundo sempre existiram comerciantes: por grosso e a retalho, locais e internacionais. Tal como sempre existiram empréstimos de toda a espécie, bancos com as mais diversas funções, pelo menos semelhantes àqueles que existiam no nosso século XVI. Os empréstimos marítimos, as consignações, os negócios e as associações em comandita tiveram grande extensão, chegando por vezes a assu-

mir uma forma permanente. Sempre que havia crédito para os organismos públicos surgiam os financiadores, tal como aconteceu na Babilónia, na Grécia, na Índia, na China e em Roma, sobretudo para o financiamento das guerras e da pirataria marítima, para fornecimentos e construções de toda a espécie. Estes eram empreendedores coloniais na política ultramarina, plantadores, traficantes de escravos ou utilizadores de trabalho forçado; especuladores sobre rendas senhoriais e cargos e, sobretudo, sobre a cobrança de impostos; financiadores de chefes partidários com o objectivo de ganhar eleições e de condottieri nas guerras civis. Tratava-se, efectivamente, de «especuladores» em todo o género de negócios que lhes permitissem ter lucro. Este tipo de empreendedores, os aventureiros capitalistas, existiram em todo o mundo. As suas actividades bancárias eram — com excepção do comércio e das operações de crédito ou bancárias — ou de um carácter especulativo puramente tradicional ou orientadas para a aquisição pela violência, sobretudo a saque: seja directamente através da guerra, seja indirectamente, sob a forma do saque fiscal permanente, através da exploração dos súditos.

O capitalismo dos descobridores, dos colonizadores e dos grandes especuladores e o moderno capitalismo financeiro — sobretudo aquele que se orienta particularmente para a exploração da guerra — têm ainda hoje aquelas características, mesmo nos modernos países ocidentais, permanecendo uma parte, embora apenas uma parte, do grande comércio internacional muito próxima desse capitalismo. Mas o Ocidente conhece nos tempos modernos e paralelamente uma nova forma de capitalismo que até então nunca se tinha manifestado: a organização racional capitalista (empresarial) do trabalho. (formalmente) livre. Noutras lugares só encontramos elementos precursores deste fenómeno. Mesmo a organização do trabalho servil só atingiu um certo grau de racionalidade nas plantações e, em menor grau, nos ergasteria da Antiguidade e, com ainda menor desenvolvimento, nas terras e nas oficinas senhoriais, bem como nas indústrias domésticas dos domínios utilizando o trabalho servil, nos princípios dos tempos modernos. Fora do Ocidente só esporadicamente encontramos com trabalho livre «indústrias domésticas». A existência de jornaleiros, que encontramos por toda a parte, só esporadicamente levou ao aparecimento de manufacturas — especialmente a mortopólios estatais, muito diferentes da moderna organização industrial — e nunca a uma organização racional de aprendizagem dos officios semelhante à da nossa Idade Média.

A organização racional da empresa orientada para um mercado regular e não para oportunidades políticas de especulação irracional não constitui, porém, a única manifestação peculiar do capitalismo ocidental. A moderna organização racional da empresa capitalista não teria sido possível sem outros dois importantes factores de desenvolvimento: a separação entre o grupo familiar [Haushalt] e a empresa, que hoje domina totalmente a vida económica, e, em estreita relação com ela, a contabilidade racional. A separação espacial entre o local de produção ou de comercialização e o domicílio encontra-se também noutras lugares (no bazar oriental e nas ergasteria de outras civilizações). Verifica-se igualmente a criação de associações capitalistas com uma contabilidade própria tanto na Ásia Oriental como no Próximo Oriente e na Antiguidade. Mas, em relação à moderna autonomia empresarial, trata-se apenas de primeiros passos hesitantes, sobretudo pelo facto de as condições indispensáveis desta autonomia, tanto a nossa contabilidade racional como a separação jurídica entre o património empresarial e o património pessoal, estarem totalmente ausentes ou só se encontrarem numa forma muito rudimentar². Em todos os outros locais, as empresas à procura de lucro tiveram tendência a desenvolver-se como partes de uma casa real ou senhorial («oikos»); desenvolvimento que, como já Rodbertus reconheceu, embryos com a parentesco superficial com a economia moderna, é bastante diversa, ou mesmo oposta, a esta última.

O significado actual destas características particulares do capitalismo ocidental só lhe é, porém, conferido pelo relacionamento com a organização capitalista do trabalho. Também aquilo a que costumamos chamar «comercialização», o desenvolvimento dos títulos negociáveis e a racionalização da especulação consubstanciada pela bolsa, lhe estão ligados. Com efeito, sem organização do trabalho capitalista e racional, tudo isto, na medida em que fosse possível, estaria longe de ter a mesma importância para a estrutura social e os problemas modernos ocidentais com ela relacionados. Um cálculo exacto, fundamento de tudo o resto, só é possível na base do trabalho livre. E como, ou antes, porque o mundo não conheceu, fora do Ocidente moderno, uma organização racional do trabalho, também não podia conhecer o socialismo racional. Sem dúvida que o mundo conheceu a economia urbana, uma política urbana de abastecimento, a política mercantilista e de prosperidade dos príncipes, o racionalismo, a regulação da economia, o protecccionismo e as teorias do laissez-faire (na China); mas conheceu também diversas formas de

economias comunistas e socialistas: comunismo de tipo familiar, militar e religioso, socialismo de Estado (Egipto), monopólio dos car-
téis e organizações de consumidores dos mais variados géneros. Mas
tal como o conceito de «burguesia» e de «burgueses» não existe senão
no Ocidente moderno — se bem que por todo o lado tenham existido
privilégios de mercado para as cidades, grémios, guildas e toda a
espécie de distinções jurídicas entre a cidade e o campo — assim
faltava também o «proletariado» como classe, o que tinha de aconte-
cer uma vez que não existia a organização racional do trabalho livre.
«Lutas de classes» entre credores e devedores, proprietários e campo-
neses sem terra, servos ou rendeiros, entre comerciantes e consumi-
dores ou proprietários fundiários, sempre existiram em toda a parte;
mas já a luta da Idade Média ocidental entre os trabalhadores ao
domicílio e os exploradores do seu trabalho só se encontra de uma
forma embrionária noutros lugares. Nem existia de modo nenhum a
contradição entre empresários da grande indústria e trabalhadores
assalariados, pelo que não era possível uma problemática tal como a
conhece o socialismo moderno.

Numa história universal da cultura o problema não reside pois,
em última instância — mesmo de um ponto de vista puramente econó-
mico —, no desenvolvimento da actividade capitalista como tal, dife-
rindo de forma segundo as diferentes civilizações: do tipo aventureiro
ou comercial, do capitalismo orientado para a guerra, a política ou a
administração e para as suas possibilidades de lucro; mas, pelo
contrário, no nascimento de um capitalismo empresarial burguês com
a sua organização racional do trabalho livre, ou então — de um
ponto de vista da história da cultura — no nascimento da burguesia
ocidental com as suas características próprias, que, se bem que es-
teja numa relação estreita com o desenvolvimento da organização
capitalista do trabalho, não lhe é simplesmente idêntica. Porque
«burgueses», enquanto estado, já existiam antes do desenvolvimento
do capitalismo especificamente ocidental — embora só no Ocidente.
A forma especificamente moderna do capitalismo ocidental foi evi-
dentemente determinada em larga medida pelo desenvolvimento das
possibilidades de avaliação dos factores técnicos fundamentais. Isto
significa, porém, que ela está dependente das particularidades da
ciência moderna, especialmente das ciências naturais exactas e ra-
cionais, baseadas nas matemáticas e na experimentação. O desenvol-
vimento destas ciências e das técnicas que delas derivam recebe, por
sua vez, um impulso decisivo dos interesses capitalistas na sua aplica-

ção em termos económicos. Não é que o aparecimento da ciência
ocidental tenha sido determinado por este conjunto de interesses. Já
os Indianos cultivaram a álgebra e inventaram o sistema decimal.
Mas só depois foi utilizado pelo capitalismo em ascensão no Oci-
dente, não tendo a Índia criado formas modernas de cálculo e conta-
bilidade. Também o aparecimento da matemática e da mecânica não
esteve dependente de interesses capitalistas, mas esteve o aprovei-
tamento técnico dos conhecimentos científicos. Estes representaram
factor importante na organização da vida da população e foram
decisivamente encorajados no Ocidente por intermédio das vanta-
gens económicas que a lhes eram associadas, vantagens essas que
emanavam das características particulares da ordem social do Oci-
dente. É necessário, todavia, perguntar: de que elementos destas
características particulares? Com efeito, nem todos terão tido a
mesma importância. Entre os mais importantes cabe citar a estrutura
racional do direito e da administração. Na realidade, o moderno
capitalismo empresarial racional necessita tanto de meios técnicos
de produção calculáveis como de um direito previsível e de uma
administração segundo as regras formais, sem o que é evidentemente
possível um capitalismo comercial aventureiro e especulativo, bem
como todas as formas de capitalismo de dependência política, mas
não a empresa racional privada com um capital fixo e um cálculo
seguro. Só o Ocidente pôe este tipo de direito e de administração ao
serviço da actividade económica com um tal grau de perfeição legal
e formal. Mas, perguntamos agora, de onde vem esse direito? A in-
vestigação mostra que, para além de outras circunstâncias, foram
indubitavelmente interesses capitalistas que abriram caminho ao do-
mínio da classe dos juristas especializados em direito racional e
administração. Mas de modo nenhum só esses interesses ou sobre-
tudo eles; não tendo criado esse direito só para eles próprios, outras
forças estiveram igualmente na sua base. E por que não fizeram o
mesmo os interesses capitalistas na China ou na Índia? Por que
motivo o desenvolvimento científico, artístico, político e económico
não se processou aí no sentido da racionalização que é característica
do Ocidente?

Com efeito, trata-se, em todos os casos mencionados, de um «ra-
cionalismo» especificamente moldado na cultura ocidental. Podem,
porém, entender-se coisas muito diversas sobre este conceito, como
exemplo, «racionalizações» da contemplação mística, isto é, de um

comportamento que, do ponto de vista de outras áreas vivenciais, se apresenta como especificamente «irracional», assim como há racionalizações da vida econômica, da técnica, do trabalho científico, da educação, da guerra, da prática jurídica e da administração. Para além do mais, pode proceder-se a uma «racionalização» de cada um destes campos a partir de pontos de vista e finalidades completamente divergentes e o que de um [ponto de vista] é «racional» pode, considerado de outro ponto de vista, ser «irracional». Por este motivo surgiram as mais diversas formas de racionalização nos mais diversos espaços vitais e em todas as áreas culturais. Para caracterizar as diferenças histórico-culturais torna-se necessário saber quais as esferas e em que direcção elas se racionalizaram. A questão é, pois, de novo a seguinte: reconhecer o carácter específico do racionalismo ocidental e, dentro deste, as formas do racionalismo ocidental moderno, assim como explicar o seu aparecimento. Qualquer tentativa de elucidação deste tipo deve sobretudo ter em conta, por se reconhecer a importância fundamental da economia, as condições económicas. Mas também não se deve deixar de lado a relação causal inversa. De facto, se o racionalismo económico está, na sua origem, dependente da técnica e do direito racionais, também o está da capacidade e disposição dos homens para determinadas formas de conduta prática e racional. Onde esta estava obstruída por bloqueios de tipo espiritual, também ao desenvolvimento de uma conduta económica racional se depararam fortes resistências internas. No passado, os elementos formadores da conduta eram as forças mágicas e religiosas e a ideia ética do dever ancorada nessas crenças. Será delas que falaremos a seguir.

Começamos por dois estudos mais antigos que se propõem uma aproximação do aspecto geralmente mais difícil do problema através de uma questão pontual importante: de que maneira certas crenças religiosas determinam o aparecimento de uma «mentalidade económica», do ethos de uma forma de economia? Tomámos, no nosso exemplo, as correlações do ethos económico moderno com a ética racional do protestantismo ascético. Só teremos, pois, em conta uma das partes do encadeamento causal. Os ensaios posteriores sobre a «ética económica das religiões universais» tentarão — num panorama geral das relações entre as religiões mais importantes e a economia e a estratificação social do meio em que surgiram — considerar ambas as relações causais até onde for necessário para encontrar pontos de comparação com o desenvolvimento no Ocidente, que

deverá ser ele próprio analisado. Com efeito, só assim poderemos procurar, com um grau tolerável de aproximação, uma imputação causal daqueles elementos da ética económica das religiões ocidentais que se apresentam como pertinentes para as contrapor a outras. Estes estudos não pretendem, pois, construir, nem mesmo de uma forma condensada, análises culturais completas. Antes accentuam aquilo que em cada espaço cultural está em contradição com o desenvolvimento cultural ocidental. Deste modo, estão totalmente orientados para tudo o que, deste ponto de vista, parece importante para compreender a civilização ocidental. Nenhum outro método, tendo em conta o objectivo que nos propomos, nos parece possível. No entanto, para evitar qualquer mal-entendido teremos de indicar aqui expressamente os limites daquilo que pretendemos. Por outro lado, queremos advertir, pelo menos os não iniciados, de que não se deve sobrevalorizar o alcance desta exposição. O sinólogo, o indianista, o semiologista ou o egiptólogo não encontrarão nela factos novos. Mas esperamos que não encontrem nada de essencial que considerem falso. Em que medida esse ideal foi atingido por um não especialista, não pode o autor sabê-lo. É evidente que quem recorreu a traduções e, além disso, teve de utilizar as fontes arqueológicas, documentais ou literárias da literatura especializada, frequentemente muito controversa e, em relação à qual, por outro lado, não está em condições de proceder a um juízo, tem todos os motivos para considerar modestamente o valor do seu trabalho. Isto tanto mais que o número de traduções de «fontes» verdadeiras (isto é, de inscrições e documentos) é em parte (sobretudo no que toca à China) ainda muito reduzido. Daqui decorre o carácter totalmente provisório destes ensaios, sobretudo na parte referente à Ásia³. Só os especialistas poderão elaborar um juízo definitivo. E só porque até agora os especialistas não empreenderam esta tarefa com este objectivo particular e deste ponto de vista específico é que estes ensaios foram escritos. Eles estão destinados, em maior ou menor medida e num ou noutro sentido, a ficar «ultrapassados» a breve prazo, o que, no fim de contas, é o que sucede com todos os trabalhos científicos. Mas não se pode evitar em trabalhos comparativos deste tipo, por mais criticável que isso seja, uma irrupção noutras domínios; resta-nos, pois, imbuir-nos de uma grande resignação ante o possível resultado deste trabalho. A moda ou o ardo dos homens de letras crê hoje poder prescindir do especialista ou reduzi-lo ao estado de trabalhador subalterno do «evidente». Quase todas as ciências devem qualquer coisa aos dile-

tantes e, frequentemente, pontos de vista de grande valor. Mas o dilettantismo como princípio da ciência seria o seu fim. Quem deseja «ver» que vá ao cinema; hoje em dia é-lhe, aliás, oferecida, também sob forma literária, uma quantidade de coisas que caem no âmbito do nosso problema.⁴ Nada está mais afastado dos estudos sérios e rigorosamente empíricos do que este estado de espírito. E — acrescento ainda — quem deseja «sermões» que vá a um conventículo. Não diremos aqui uma palavra sobre o valor relativo das culturas que comparamos. Que a marcha da humanidade só pode assustar aqueles que observam um simples período histórico, não há dúvida, mas eles farão bem em guardar para si os seus pequenos comentários pessoais, como acontece quando se contempla o mar ou as montanhas, a menos que saibam expressar-se de uma forma artística ou em termos proféticos. Na maior parte dos outros casos, o constante recurso à «intuição» oculta pura é simplesmente uma falta de distanciação relativamente ao objecto, o que deve ser julgado do mesmo modo que idêntica atitude relativamente aos homens.

Cabe agora justificar o facto de não termos recorrido, para os fins que prosseguimos, à investigação etnográfica, como seria natural que acontecesse. Com efeito, o seu estádio actual de desenvolvimento tornaria indispensável a sua utilização para uma análise verdadeiramente aprofundada, sobretudo no que se refere às religiões asiáticas. A explicação deve-se não só ao facto de a capacidade humana de trabalho ter os seus limites, mas também a isso nos ter parecido legítimo, uma vez que devíamos ocupar-nos aqui das conexões da ética religiosa das diversas camadas sociais que eram «portadoras da cultura» das respectivas regiões. Trata-se de estudar as influências exercidas pelo seu comportamento. Ora, é absolutamente certo que elas só podem ser verdadeiramente determinadas e compreendidas, no seu carácter específico, se confrontadas com os factos folclórico-etnográficos. Deve, pois, ser expressamente afirmado e sublinhado que existe aqui uma lacuna que o etnógrafo tem plenas razões para criticar. Espero poder fazer alguma coisa para o seu preenchimento através de uma análise sistemática da sociologia das religiões, mas um tal empreendimento ultrapassaria o quadro deste estudo, que tem objectivos limitados. Por isso ele teve de se contentar com a tentativa de discernir, na medida do possível, os pontos de comparação com as nossas religiões ocidentais.

Consideremos, finalmente, o aspecto antropológico do problema. Quando encontramos repetidamente no Ocidente, e apenas aqui, certos

tipos de racionalização — mesmo em esferas de conduta (aparentemente) independentes umas das outras no seu desenvolvimento — somos naturalmente levados a admitir que as qualidades hereditárias constituem a sua base determinante. O autor confessa que se inclina, pessoal e subjectivamente, a atribuir uma grande importância à hereditariedade biológica. No entanto, ainda não vejo, apesar dos resultados significativos da antropologia, como determinar de forma rigorosa, pelo menos aproximadamente, a extensão ou, acima de tudo, a forma da sua influência no processo aqui analisado. Uma das tarefas do trabalho sociológico e histórico deveria ser, em primeiro lugar, determinar na medida do possível todas as influências e todos os encadeamentos de causas explicitáveis por reacções ao destino e ao meio. E só depois, e na medida em que a neurologia e a psicologia das raças tiverem progredido para além da fase rudimentar em que se encontram — aliás promissora em muitos aspectos —, poderíamos talvez esperar obter resultados satisfatórios para este problema.⁵ Por agora, pois, parecem-me inexistentes estas condições, e a referência à «hereditariedade» seria uma renúncia precipitada ao que o conhecimento nos pode já hoje, eventualmente, dar e uma transposição do problema para factores ainda desconhecidos.

NOTAS

¹ Aqui, como noutros pontos, divirjo do nosso respeitado mestre Lujo Brentano, na sua obra: *Die Anfänge des modernen Kapitalismus (Os Primórdios do Capitalismo Moderno)*, Munique, 1916, sobretudo no que se refere à terminologia, mas também em questões de facto. Não me parece adequado colocar na mesma categoria coisas tão heterogêneas como o lucro proveniente do saque e o ganho que advém da direcção de uma fábrica, e menos ainda designar toda a aspiração ao ganho monetário — em oposição à outras formas da aquisição — como «espírito» do capitalismo. Com efeito, no segundo caso, renunciaríamos a qualquer precisão do conceito e, no primeiro, à possibilidade de fazer ressaltar a especificidade do capitalismo ocidental relativamente a outras formas. Do mesmo modo, G. Simmel, em *Philosophie des Geldes (A Filosofia do Dinheiro)*, 1900, leva demasiado longe a identificação entre «economia monetária» e «capitalismo», em prejuízo da sua análise concreta. Nos escritos de W. Sombart, sobretudo na nova edição da sua obra mais importante, *Der moderne Kapitalismus (O Capitalismo Moderno)*, 2.ª ed., 1916/17, a especificidade do capitalismo ocidental — pelo menos do meu ponto de vista —, a organização nacional do trabalho, deixa de ser o factor predominante, em favor de factores de desenvolvimento que se fizeram sentir em todo o mundo.

² Evidentemente que esta oposição não pode ser entendida de uma forma absoluta: Do capitalismo orientado para a política (sobretudo do dedicado à cobrança de

A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO

impostos) nasceram na Antiguidade mediterrânica e oriental, mas porventura também na China e na Índia, empresas estáveis cuja contabilidade — de que conhecemos apenas fragmentos — devia ter um carácter «racional». Além disso, o capitalismo «aventureiro» politicamente orientado relaciona-se intimamente com o capitalismo empresarial racional na história do aparecimento dos bancos modernos — incluindo o Banco de Inglaterra —, com origem na maior parte dos casos em negócios políticos motivados por guerras. A oposição, por exemplo, entre a personalidade de Paterson — um *promoter* típico — e os membros do directório do Banco de Inglaterra que determinaram a sua política permanente e que, a breve trecho, foram apelidados de «The Puritan users of Grocer's Hall», é elucidativa a este respeito. O mesmo acontece com os erros deste banco por ocasião da criação da Fundação South-Sea. Esta oposição é, pois, bastante fluida. Mas ela existe. Não foram os grandes *promoters* e *financiers* que criaram uma organização racional do trabalho, tal como o não foram — com algumas excepções — esses outros representantes típicos do capitalismo financeiro e político: os judeus. Pelo contrário, isso foi obra de outro tipo de pessoas.

³ O que me resta dos meus conhecimentos de hebreu é igualmente insuficiente.

⁴ Não é preciso dizer que não se inserem aqui tentativas como as de K. Jaspers (no seu livro *Psychologie der Weltanschauungen*, 1919) ou de Ludwig Klages (*Prinzipien der Charakterologie*, Leipzig, 1910) e estudos semelhantes que se distinguem dos meus quanto ao seu ponto de partida. Não cabe aqui a sua discussão.

⁵ Um prestigiado psiquiatra exprimiou-me o mesmo ponto de vista há alguns anos.

[Este estudo foi pela primeira vez] publicado em *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, vols. XX e XXI (1905). Da extensa literatura que existe sobre ele, refiro apenas as críticas mais circunstanciadas: Felix Rachfahl, «Kalvinismus und Kapitalismus», in *Internationale Wochenschrift für Wissenschaft, Kunst und Technik* (org. de Paul Hinneberg), 1909, n.ºs 37-43. Relativamente a isto publiquei um artigo «Antikritisches zum "Geist" des Kapitalismus», in *Archiv*, vol. XXX (1910), pp. 176-202. F. Rachfahl responde, por sua vez, em «Nochmals Kalvinismus und Kapitalismus», *op. cit.*, 1910, n.ºs 22-25. Escrevo então o artigo «Antikritisches Schlusswort» in *Archiv*, vol. XXXI (1910), pp. 554-549. (Brentano, na crítica que iremos citar a seguir, não teve, aparentemente, conhecimento deste último trabalho, dado não lhe fazer referência.) Não incluí nesta edição nada da polémica, inevitavelmente estéril, com Rachfahl, um erudito aliás que aprecio muito, mas que aqui se espraçou num assunto que não dominava verdadeiramente. Limitei-me a referir as (muito poucas) citações complementares tiradas da minha anticrítica e procurei, nalgumas passagens ou notas, evitar a hipótese de qualquer mal-entendido futuro. Seguidamente, Werner Sombart no seu livro *Der Bourgeois* (Munique e Leipzig, 1913), ao qual voltarei nalgumas notas mais à frente. Finalmente: Lujo Brentano, *Die Anfänge des modernen Kapitalismus*, Munique, 1916, Partes III, Apêndice, e II. «Puritanismo e Capitalismo» (pp. 117-157). Voltarei, de igual modo, a debruçar-me sobre esta crítica em notas especiais.

Deixo ao interesse do leitor o trabalho de se convencer, comparando, que não eliminei ou modifiquei uma única frase do meu trabalho que contenha uma afirmação essencial, assim como não introduzi asserções concretamente *divergentes*. Não havia qualquer motivo para isso, e a evolução da minha exposição acabará por convencer os que ainda tiverem dúvidas. Os dois estudiosos que acabei de citar têm